

# ALERTA

V. 3 n. 11 2011

O Alerta é uma publicação mensal da Biblioteca Central elaborada pelo Setor de Periódicos. Tem como objetivo divulgar informações sobre publicações e bases de dados nas áreas de interesse dos Centros de Ensino da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

## DIVULGAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

### Especial - Novas aquisições

#### Direito, Educação e Meio Ambiente

#### A compensação ambiental prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): a ADI nº 3.378 e o decreto nº 6.848/09

**Resumo:** O trabalho traça a trajetória da compensação ambiental instituída pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), da sua criação, passando pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 3.378/DF (que a julgou como parcialmente inconstitucional, com redução de texto), até a última regulamentação da matéria pelo Poder Executivo (Decreto nº 6.848, de 2009), pretensamente em consonância com a decisão da Corte. Da análise deste decreto, depreende-se que foram previstos critérios para o cálculo da compensação ambiental os quais, na verdade, retomam a noção de percentual e vínculo

ao custo do empreendimento impactante, em afronta à decisão proferida pelo STF, configurando violação à separação de poderes. Por outro lado, a nova redação do art. 31 do regulamento anterior, introduzida pelo decreto citado, prevê a competência do IBAMA, órgão federal de licenciamento ambiental, para a fixação do valor da compensação, daí se deduzindo que apenas aos empreendimentos sujeitos a licenciamento pelo IBAMA, no exercício de competência federal exclusiva, poderá ser aplicada a compensação ambiental. Em síntese, este ensaio analisa as inovações trazidas pelo Decreto nº 6.848/09, assim



Fonte: WEB

como sustenta a natureza tributária da compensação SNUC, ainda não debatida pelo STF, mas que não deve ser olvidada.

**Palavras-chave:** compensação ambiental; regulamentação; meio ambiente; impacto ambiental.

#### Nesta edição:

Aducação verde	1
Ciências agrárias	2
Economia solidária	2
Educação	3
Medicina veterinária	3
Novas aquisições	4
Especial: Novo código florestal	4
Informes do setor	5

Este artigo está disponível no Setor de Periódicos ou pelo site: <http://www.direitogv.com.br/interna.aspx?PagId=HTKCNKWI&IDCategory=1&IDSubCategory=234>

#### REFERÊNCIA:

DOMINGUES, José Marcos; CARNEIRO, Júlia Silva Araújo. A compensação ambiental prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): a ADI nº 3.378 e o decreto nº 6.848/09. **Rev. Direito GV**. São Paulo, v. 6, n. 2, jul-dez. 2010.

## A educação a distância na sociedade da informação: uma análise histórica da educação superior a distância na formação de gestores públicos no cenário brasileiro

**Resumo:** O presente artigo versa sobre Educação a Distância na sociedade da informação e destaca o novo enfoque da Educação Superior a Distância voltada à formação de gestores públicos no cenário brasileiro. Em primeira instância, pretende-se, de maneira breve, fazer uma reconstrução da história da Educação a Distância no País e sua trajetória no Ensino Superior brasileiro. O novo século está marcado por intensas transformações nas rela-

ções sociais, políticas, econômicas, pelo acelerado desenvolvimento tecnológico e eletrônico. Acredita-se que hoje estamos nos primórdios da era digital, como evolução da era industrial marcada pelas tecnologias digitais, que revolucionam a percepção *do* e a atuação humana *sobre* o mundo. Nesse sentido, destacam-se os cursos de Educação Superior a Distância, direcionados à formação de gestores públicos no Brasil. Vale

destacar que o ensino da tecnologia da informação, assim como ferramentas de sistemas de informação, é fundamental para a formação de administradores públicos na atualidade, e a Educação a Distância está proporcionando a democratização do conhecimento no Brasil. A metodologia utilizada é bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Sociedade da informação; Educação a Distância; Gestores públicos.



ISSN: 0103-1457  
(Impresso)  
ISSN: 2178-4612  
(Online)

Este artigo está disponível no Setor de Periódicos ou pelo site: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/519/403>

### REFERÊNCIA:

VIEIRA, Rejane Esther. A educação a distância na sociedade da informação: uma análise histórica da educação superior a distância na formação de gestores públicos no cenário brasileiro. **Conjectura: filosofia e educação**. Caxias do Sul, v. 15, n. 3, set./dez. 2010

## Revista Faculdade de Direito



ISSN: 0100-2813

## A dimensão legal da Educação Ambiental

**Resumo:** A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a tratar de forma objetiva a questão ambiental, sendo considerada um modelo mundial em relação ao tema. Nesse contexto, a Educação Ambiental não poderia ficar de lado, tanto que ficou estabelecida a obrigação do Poder Público de promovê-la em todos os níveis de educa-

ção. A partir disso, surge a Lei 9.795/99 para regulamentar o significado da Educação Ambiental e definir o seu âmbito de promoção. Com base na Constituição e na referida lei, o presente trabalho enfoca a compreensão do que significa Educação Ambiental sob a ótica de vários autores e instituições. Analisa também a amplitude do

texto legal, bem como sua aplicabilidade na atualidade.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Lei 9.795/99; Meio Ambiente.

Este artigo está disponível no Setor de Periódicos

### REFERÊNCIA:

SAGAVE, Marcelo Matte; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A dimensão legal da Educação Ambiental. **Rev. Fac. Direito**. Caxias do Sul, n. 19, 2009.

## Perspectivas da aplicabilidade da eficácia horizontal do direito fundamental ao meio ambiente sustentável: mais um desafio para o século XXI em prol da vida intergeracional

**Resumo:** O presente texto propõe o reconhecimento da eficácia horizontal do direito fundamental ao meio ambiente sustentável, de modo a ultrapassar a relação vertical (Estado-particular) na tutela do ecossistema. O estudo aborda os conceitos de direitos humanos, direitos e deveres fundamentais, a construção histórica das prerrogativas humanísticas em conexão com o direito

fundamental ao meio ambiente saudável, para justificar a eficácia horizontal e desenvolver uma proposta de aplicação prática. O método indutivo foi utilizado no desenvolvimento da pesquisa e na apresentação dos resultados.

**Palavras-chave:** Direitos fundamentais; meio ambiente sustentável; eficácia horizontal.

**Este artigo está disponível no Setor de Periódicos**

### REFERÊNCIA:

ALVES, Elizete Lanzoni; ZANON Jr, Orlando Luiz. Perspectivas da aplicabilidade da eficácia horizontal do direito fundamental ao meio ambiente sustentável: mais um desafio para o século XXI em prol da vida intergeracional. *Rev. Academia Judicial*. Santa Catarina, n. 1, jul. 2011.



ISSN: 2179-3751

### Sobre a publicação

A Revista Científica da Academia Judicial, publicada semestralmente, tem como principal objetivo promover a difusão e o intercâmbio de conhecimentos relativos à ciência jurídica e à arte entre integrantes do Poder Judiciário, professores, pesquisadores, estudantes, profissionais da área jurídica, magistrados, juristas.

A publicação constitui-se em um fórum de debates de questões que dizem respeito à Justiça Brasileira, oferecendo espaço para a apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da justiça como direito do cidadão e como condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática.

## Educação ambiental no licenciamento: uma análise crítica de suas contradições e potencialidades

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo caracterizar a educação ambiental no licenciamento, situando-a no âmbito dos avanços institucionais alcançados no Brasil em relação à gestão ambiental pública. Para isso, se apresenta breve contextualização do tema, indicando em seguida, de modo analítico, sua especificidade teórico-metodológica e a base legal de sustentação da educação ambiental enquanto condicionante de

licença. Por fim, são indicados alguns critérios básicos que definem o perfil do profissional capaz de atuar nesse campo novo, que exige domínio dos processos pedagógicos, bom diálogo entre saberes e ciências e conhecimento dos marcos regulatórios do licenciamento no país.

**Palavras-chave:** educação ambiental; licenciamento; administração pública.

### REFERÊNCIA:

LOUREIRO, Carlos Frederico B.. Educação Ambiental no Licenciamento: uma análise crítica de suas contradições e potencialidades. *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, set-dez. 2010.



Fonte: WEB

ISSN: 1809-9815

### Sobre a publicação

A revista Sinais Sociais tem como finalidade precípua tornar-se um espaço de debate sobre questões da contemporaneidade brasileira. Pluralidade e liberdade de expressão são os pilares desta publicação, que divulga artigos de diversas áreas, contribuindo para disseminar o conhecimento e estimular a reflexão.

É editada pelo SESC e tem periodicidade quadrimestral.

**Essa publicação está disponível no Setor de Periódicos.**

**Este artigo está disponível no Setor de Periódicos ou pelo site:** <http://www.sesc.com.br/main.asp?ViewID=%7B892636C2-DC13-4773-93A5-A50989BAAEBD%7D&Mode=1&u=u>

## Informes do setor

### O que é ISSN e ISBN

O ISSN é um número padrão composto de oito dígitos, incluindo um dígito verificador e precedido pelo prefixo ISSN, atribuído a uma publicação seriada pela Rede ISSN. O ISSN (International Standard Serial Number) é um número de identificação único, internacionalmente reconhecido para publicações seriadas que, uma vez atribuído, torna-se um atributo individual do título pelo tempo que for editado, sob um determinado título.

O ISSN é atribuído por centros nacionais e regionais da rede internacional do ISSN. O sistema de coordenação internacional (ISSN International Centre - **ICISSN**, Paris) assegura que cada ISSN é único para cada publicação. No Brasil, o ISSN é atribuído pelo Centro Brasileiro do ISSN (**CBISSN**) sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT, que é membro da rede e representante brasileiro junto ao Centro Internacional.

Os editores não são legalmente obrigados a ter um ISSN, mas há muitas vantagens em se ter um ISSN para suas publicações seriadas.

- Como o sistema do ISSN é inter-

nacional e cada ISSN é único, um ISSN pode identificar uma publicação seriada independentemente de seu idioma ou país de origem fazendo a distinção entre publicações seriadas com o mesmo nome ou títulos semelhantes.

- O ISSN é usado onde a informação sobre publicações seriadas necessita ser registrada e comunicada com precisão (ordens de compra, pesquisas em base de dados, etc.).
  - O ISSN proporciona um método eficiente e econômico de comunicação entre editores, fornecedores e compradores de publicações seriadas. Proporciona, também, um ponto de acesso útil aos catálogos de editores, diretórios comerciais, inventários automatizados, bibliografias, etc.
  - O ISSN é amplamente usado em bases de dados automatizadas na organização, recuperação e transmissão de dados sobre publicações seriadas.
  - O ISSN é amplamente usado por bibliotecas para identificar, ordenar e processar títulos de publicações seriadas.
- Publicações que têm ISSN fazem

parte dos registros de publicações seriadas mantido pelo Centro Internacional do ISSN, em Paris.

O ISBN - International Standard Book Number - é um sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição. Utilizado também para identificar software, seu sistema numérico é convertido em código de barras, o que elimina barreiras lingüísticas e facilita a sua circulação e comercialização.

O sistema ISBN é controlado pela Agência Internacional do ISBN, que orienta, coordena e delega poderes às Agências Nacionais designadas em cada país. A Agência Brasileira, com a função de atribuir o número de identificação aos livros editados no país, é, desde 1978, a Fundação Biblioteca Nacional, a representante oficial no Brasil.

O ISSN é atribuído somente às publicações seriadas. O ISBN é atribuído a livros ou outras publicações monográficas.

**Fonte:** <http://www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN/FAQ-ISSN>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO  
DA BAHIA  
Biblioteca Central/ Setor de Periódicos  
Endereço: Campus universitário  
Rua Rui Barbosa, n. 710, Bairro Centro,  
CEP: 44380-000,  
Cruz das Almas - BA

Tel: (75) 3621-3004  
Informações e sugestões:  
[periodicos@ufrb.edu.br](mailto:periodicos@ufrb.edu.br)

*O Sistema de Bibliotecas (SIB) da UFRB foi constituído em 2006 quando a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia iniciou suas atividades. Na estrutura institucional o SIB integra a Coordenadoria de Informação e Documentação da Pró-Reitoria de Administração. É composto pelas Bibliotecas Setoriais localizadas nos Centros de ensino (Centro de Ciências da Saúde, Centro de Formação de Professores e Centro de Artes, Humanidades e Letras) e pela Biblioteca Central localizada na sede da universidade em Cruz das Almas.*

*Além da função de coordenar as demais, a Biblioteca Central atende diretamente às demandas do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas.*

*Nos últimos anos foram incorporadas ao acervo publicações atuais para atender às áreas de conhecimento nas quais atua a Universidade. Todavia, suas estantes vão além dos cinco anos da UFRB; herdeira da mais antiga escola superior de agricultura da América do Sul (Escola Agrícola da Bahia) e sucessora direta da Biblioteca da Escola de Agronomia da UFBA, a Biblioteca Central possui obras de inegável valor histórico.*

*Através das páginas dos livros e periódicos, podemos ler a história das práticas agrícolas, do ensino superior na Bahia e da instituição que tem suas raízes fincadas no Imperial Instituto Baiano de Agricultura fundado em 1859 por D. Pedro II.*

**Estamos na web!**

<http://www.ufrb.edu.br/biblioteca/periodicos>